

Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Democracia, essa mutante desprezada

LAERTE SETÚBAL

A visão do verdadeiro significado do período de transição política que atravessamos pode dar-nos a oportunidade de resgatar uma dívida histórica para com o nosso povo e para com o mundo: a de restabelecermos da credibilidade abalada.

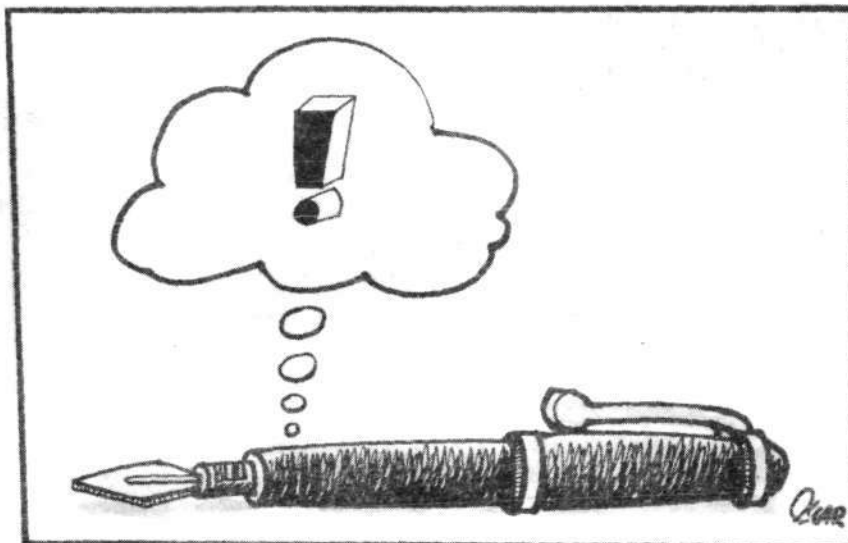
Basicamente, precisamos assegurar a vigência do sistema democrático de vida, impedindo que as incertezas e os conflitos, frutos da incapacidade de ordenação dos instrumentos institucionais, leguem uma Constituição frágil que não assegure o exercício da plenitude democrática.

A democracia, hoje, está sendo gerada nas mesmas condições que marcam os avanços da metamorfose da natureza: é a larva seguida de ninfa e pupa, disforme, que, num meio ambiente propício, encontra vigor para romper-se e transformar-se em inseto perfeito. Ou o casulo protetor, até o desenvolvimento do bicho-da-seda.

Tão mutante, de característica teratológica — estudo das deformações ou monstruosidades humanas — é a democracia no Brasil. Nasceu, filha de profeta da ditadura, transferiu-se para a incubadeira e, tratada pelos médicos (políticos) habita o berçário. Ser mutante, disforme, ainda casulo ou pupa à espera de que seja embalada com carinho e enlevo para tomar as formas definidas das que lhe permita assegurar todas as franquias sem os riscos de regressos amargos aos regimes autoritários.

Quando verificamos que após a hecatombe da última grande guerra, quando o Brasil desenhava as letras de uma nova Constituição, nada menos que três dezenas de países reajustavam a estrutura de seus organismos estatais, podemos concluir que a democracia não é expressão de determinada fase histórica mas, sim, um regime afirmado, na consagração dos sentimentos da natureza humana, como o sistema de vida mais adequado.

Parece que vivemos a reprise de episódios históricos onde a democracia nascente deixou de prosperar, morrendo por falta de tratamento



após liberada dos cuidados hospitalares pós-maternidade. Veja-se 1946, quando, seguindo uma tendência mundial, atribuímos um bom peso ao restabelecimento do direito constitucional, com as instituições políticas passando a abranger os aspectos sociais — relegados até então a leis ordinárias — de forma racional.

A letra da Constituição, à época, era símbolo de absoluta perfeição. Abusando dos direitos excessivos do presidencialismo ela, aos poucos, foi transformada pelos detentores do poder no monstro de uma simples letra morta.

Temos a fama de, memória curta, não buscar exemplos no passado histórico.

Getúlio Vargas, propondo a construção de um "edifício novo" para o sistema político brasileiro, dizia, em carta a Oswaldo Aranha, que "precisamos de nos servir de elementos sinceros e dedicados, daqueles que têm na cabeça a idéia renovadora e, no caráter, a capacidade e a decisão para realizá-la". Apeou do poder a Junta Militar que, por sua vez, expulsara Washington Luiz da Presidência e instalou-se numa ditadura de quinze anos até a sua própria deposição em 1945, quando, precedendo eleições diretas, foi guindado à

chefia de Estado e então presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares.

Getúlio, hábil e sedento do poder pessoal, simbolizou a convergência das massas e das elites, do proletariado e da burguesia, dos militares e dos civis. Fortaleceu o chamado "Estado Novo"... que morreu de velho.

Há, e não são poucos, pontos comuns em muitos períodos vividos pelo Brasil: o suicídio de Getúlio seguido do impedimento do vice-presidente Café Filho, a renúncia de Jânio e a deposição de João Goulart.

1964 foi o epílogo de um processo que se arrastava, demonstrando, segundo história Afonso Arinos de Mello Franco, "a incapacidade de uma geração política de praticar a verdadeira democracia, nos seus pressupostos de regime da ordem jurídica e progresso social".

Se a classe política demonstrou incompetência histórica — tal qual o médico que trata e mantém viva a criança no berçário até liberá-la para que ela cresça saudável sob os cuidados dos pais — cabe ao povo brasileiro cuidar com carinho para que o casulo da democracia evolua e se transforme em fato. Para sensibi-

lizar o povo, via de regra decepcionado com seus governantes, cabe-nos induzi-lo a um sentimento profundo de amor pela criança-democracia mutante. O caminho é uma ampla mídia estribada num marketing consciente, capaz de transformar o monstrinho disforme em um belo desenho de vida.

Verificamos, no passado, que não é suficiente uma Constituição que a prática transforme em letra morta. O texto precisa consagrar o direito da liberdade de iniciativa, a menor ingerência estatal e propiciar um meio ambiente capaz de fazer prosperar o desenvolvimento econômico, melhores condições de vida e de educação para o povo e, sobretudo, possibilitar o aprimoramento das classes políticas dirigentes.

De nada adiantará uma Constituição perfeita, entretanto, se não praticada. Ela precisa garantir a não existência de confrontos radicais que prosperam em regiões de menor estabilidade das garantias.

A democracia só pode vingar na fertilidade do amor e da consciência popular. Mesmo sem unanimidade: ela é a convergência e o consenso dos contrastes e das divergências, o equilíbrio pelo desenvolvimento e não pelas restrições que, mesmo respeitando a vontade das minorias, jamais poderá desprestigiar e fazer prevalecer a vontade da minoria.

Forma ideal de regime escolhida pelos povos mais cultos, não podemos "nos dispersar" e perder essa oportunidade.

Precisamos embalar com amor essa criança ainda sem formas, mas que contém o gens arraigado da democracia a que aspiramos, portadora da ADN (DNA) — ácido desoxirribonucleico — que, segundo nos ensinou Rogério de Cerqueira Leite, na *Folha*, é a maior molécula conhecida de origem orgânica responsável pela herança no organismo vivo.

LAERTE SETÚBAL, 61, empresário, é membro do Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e foi presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).